

TESE DO NÚCLEO DA CTB NA UFRGS, UFCSPA e IFRS

Unir o povo brasileiro na luta mundial pela paz

O Brasil é um polo de resistência à extrema direita, e pode fortalecer a articulação de países que lutam por uma genuína multipolaridade. O declínio da hegemonia imperialista torna as condições de atuação brasileiras mais instáveis e notam-se vacilações. Atravessa-se um cenário mundial de múltiplas crises do capitalismo e de tensões e guerras derivadas do programa do imperialismo estadunidense e de aliados para tentar conter o declínio relativo de sua hegemonia. A decadência imperial produz incertezas, instabilidade e guerras. O confronto entre Ucrânia e Rússia, maquinada pelos Estados Unidos e pela OTAN, as ações bélicas contra o Líbano e a Síria, o genocídio e os crimes de lesa humanidade cometidos pelo sionismo de Israel contra o povo palestino em Gaza, e, em outro plano, o criminoso bloqueio a Cuba, estampam o imperialismo como inimigo dos povos e a decadência do capitalismo. Os classistas da CTB atuam para unir o povo brasileiro na luta pela paz.

Dessa realidade conturbada emergiu e avança a força da extrema-direita na Europa e nas Américas. Esse cenário de ameaças tende a se agravar a partir de janeiro, com o início do governo extremista de Donald Trump nos Estados Unidos. Tal fato representa o maior obstáculo para a política externa brasileira, evento que projeta aumento da instabilidade e da conturbação internacional. Paralelamente, avança a jornada de países, fora do centro capitalista, pelo desenvolvimento autônomo, bem como articulações, movimentos e blocos, como é caso do Brics, que representa um salto na ascensão da multipolaridade e favorece a luta dos povos por sua emancipação nacional e social. Na América Latina, se destaca a vitória recente da Frente Ampla à Presidência do Uruguai, as aproximações entre Colômbia e Venezuela, a resistência histórica de Cuba, a postura altiva e soberana do México e da Bolívia, mas a extrema direita se agita e ganha força em países importantes como a Argentina.

Na política externa, o Brasil reafirma sua soberania ao demonstrar que readquiriu respeito como ator importante, a exemplo do seu papel na presidência do G20, que se encerrou com os êxitos significativos da Cúpula realizada no Rio de Janeiro em novembro. Os acordos entre Brasil e China, assinados pelos presidentes Lula e Xi Jinping, foram mais uma demonstração de avanços. A visita do presidente chinês, a mais importante do atual governo, foi preparada com bastante antecedência e adquiriu status de grande importância pelos dois países, que elevaram suas parcerias a um novo patamar.

Outro momento de altivez do Brasil foi a conduta correta e corajosa do presidente Lula em relação ao que ele classificou como genocídio do Estado de Israel, com apoio do governo dos Estados Unidos, advogando a paz e pedindo cessar-fogo. Também na Cúpula do BRICS, a posição soberana do país esteve presente, com destaque para a criação de alternativas ao dólar nas transações comerciais e nos investimentos.

É preciso ressaltar, entretanto, negativamente, a posição do governo brasileiro em relação à Venezuela, no seu processo eleitoral e na Cúpula do BRICS, como ponto destoante da política externa, posto que se conflitou com uma pilastra da diplomacia brasileira de respeito à autodeterminação dos povos e a soberania dos países.

Conjuntura nacional: superar os entraves ao desenvolvimento

Internamente, o Brasil enfrenta desafios estruturais. O novo presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, sinaliza manter a política herdada por Campos Neto de aumento contínuo da Taxa SELIC. Essa política econômica tem impactos devastadores na economia, prejudicando o país e aprofundando as desigualdades. Trata-se de um freio ao desenvolvimento que favorece a especulação financeira em detrimento da produção. Ao encarecer o crédito, o investimento produtivo se retrai. Empresas adiam projetos, a geração de empregos é comprometida, e o consumo das famílias despenca. Isso afeta diretamente a indústria, o comércio e os serviços, setores essenciais para dinamizar a economia e reduzir a pobreza. O impacto na educação é gigantesco. Quanto mais se retrai a indústria, mais o Brasil fica estagnado em setores menos sofisticados. Isso impede que o aumento da escolaridade resulte em crescimento econômico. A mão de obra qualificada que é formada nas Universidades acaba não sendo absorvida por uma estrutura produtiva. O resultado é cada vez mais termos o fenômeno do diplomado que vira uberizado, aumentando a evasão e alimentando o discurso da extrema direita de ódio às Universidades.

Politicamente, a direita e extrema-direita se fortalecem, com destaque para as eleições municipais e o controle de recursos locais por meio de emendas parlamentares. O Congresso Nacional segue apresentando propostas que atacam direitos de servidores públicos e promovem a terceirização, dificultando o avanço de políticas progressistas. A desvalorização do real frente ao dólar e o atraso na votação da Lei Orçamentária Anual (LOA) agravam a situação, impactando diretamente o funcionalismo e as políticas sociais.

O cenário exige unidade da classe trabalhadora. É fundamental mobilizar-se em torno de pautas concretas que atendam às demandas da população, reorientem o governo federal para os compromissos firmados em 2022 e mobilizem em torno do fortalecimento do Estado diante da ofensiva neoliberal: Entre as prioridades, destacam-se:

- Fortalecimento de uma política industrial nacional articulada com ciência, tecnologia e inovação que estimule a criação de empregos de qualidade;
- Extinção da escala 6x1 que precariza as condições de trabalho;
- Redução da jornada de trabalho sem perda salarial;
- Isenção do imposto de renda para quem ganha até 5 mil;
- Cumprimento dos acordos de greve firmados pelo governo federal;

- Contra o desmonte do Estado representado pelas ofensivas de privatização das empresas estatais, como o caso da tentativa de privatização do DMAE em Porto Alegre.

Em tempos de crise, a luta de classes se intensifica. É urgente o fortalecimento da unidade e articulação da classe trabalhadora para construir alternativas às necessidades sociais e ambientais mais urgentes. O núcleo da CTB na UFRGS reforça o compromisso com a mobilização e a organização coletiva para superar os desafios dos tempos futuros, sempre em defesa de um Brasil mais justo, desenvolvido, soberano e sustentável.

PELO APROFUNDAMENTO DE UMA ASSUFRGS UNITÁRIA, DEMOCRÁTICA E DE LUTA

Nós classistas da CTB e aliados, entendemos que os sindicatos e, portanto a Assufrgs são organizações fundamentais para a luta por direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e por uma sociedade que supere o capitalismo.

Para cumprir esse papel, necessário é, garantir sua unidade, independência de classe diante de governos, administrações e outras organizações políticas e sociais de qualquer natureza, bem como buscar a maior democracia e transparência possível diante de todos os filiados.

Nossa organização remonta aos anos 50 do séc. XX, quando foi criada para lutar pela inclusão dos trabalhadores técnicos administrativos na esfera federal, já que a Urgs havia sido federalizada, mas só os docentes passaram aquela esfera. A luta foi vitoriosa.

Nas décadas que se seguiram, houve várias fases até nos constituirmos como um sindicato de fato e de direito, agora representando os TAEs da Ufrgs, Ufscpa e unidades do IFrs.

Na atualidade, diante dos desafios do Brasil e das Instituições federais de ensino superior, pensamos que o sindicato deve se atualizar, dar vazão as expectativas das novas gerações, dos fenômenos regressivos como a perda de direitos, cujo a questão previdenciária é um exemplo, bem como do surgimento de novas modalidades de trabalho como a prestação remota de serviço. Tudo isso sem esquecer dos "antigos" e do crescente contingente de aposentados.

Defendemos:

- . Aprofundar a democracia da Assufrgs, com a retomada da proporcionalidade em sua coordenação;
- . Acabar com a excecência de indicação de membros substitutos de coordenadores de sócios que sequer participaram de chapas nas disputas eleitorais;
- . Reestruturar a representação do Conselho de Representantes adequando as novas estruturas organizativas e laborais das instituições;
- . A Assufrgs deve somar-se ativamente as ações e lutas unitárias das Centrais sindicais;

. Da mesma forma estreitar laços de diálogo e convergência com os segmentos discentes e docentes de todas instituições, bem como dos movimentos e organizações progressistas independente de suas direções conjunturais.

Fortalecer a Assufrgs com mais representatividade, democracia e luta!

PRINCIPAIS BANDEIRAS DE LUTAS

1- NO ÂMBITO DO GOVERNO FEDERAL, ANDIFES, CONIF, CENTRAIS SINDICAIS E FASUBRA

1. *Defesa da democracia*

1. Defendemos a democracia como instrumento de soberania popular.
2. Combatemos duramente movimentos sectários e divisionistas, especialmente dentro de nossa categoria.
3. Defendemos a atualização da Lei Nº 5.540/1968 (criada durante a ditadura militar) para democratizar as universidades. A lei atual estabelece que 70% das vagas em colegiados sejam reservadas a docentes, marginalizando estudantes e técnicos, e mantém a lista tríplice (sistema que restringe a escolha de reitores a três nomes previamente selecionados). Queremos:
 1. Representação paritária nos colegiados (docentes, estudantes e técnicos);
 2. Fim da lista tríplice, com eleição direta e posse imediata do(a) reitor(a) eleito(a)!

2. *Direitos Trabalhistas e Sindicais*

1. Nossa luta é inclusiva, por todos/as/es, para todos/as/es!
2. Defendemos o cumprimento integral do acordo de greve, com tratamento isonômico para todos cargos do PCCTAE.
3. Defendemos o acesso ao RSC para cada integrante da categoria, independente do nível de escolaridade.
4. Defendemos a racionalização de todos os cargos necessários, conforme previsto no PCCTAE.
5. Defendemos o RJU (Regime Jurídico Único) não só como instrumento de direitos trabalhistas, mas também como pilar fundamental para a construção de um serviço público de qualidade à população. É fundamental que novos concursos sejam realizados para suprir a carência de trabalhadores e trabalhadoras nas instituições.
6. Lutamos firmemente contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, em tramitação no Congresso Nacional. Defendemos a negociação coletiva, a data-base, o direito de greve e a organização sindical dos servidores públicos, conforme o acordo assinado da Convenção 151 da OIT.
7. Advogamos pela isenção de imposto de renda para os aposentados e instituidores de pensão.
8. Lutamos por um financiamento pleno das IFEs que garanta recursos para ensino, pesquisa, extensão, gestão, inovação e assistência.

9. Reivindicamos a equiparação dos auxílios entre os 3 poderes.
 10. Defendemos de forma intransigente o direito de paridade dos/as aposentados/as.
3. *Política Salarial e Carreira*
 1. Reivindicamos a efetiva aplicação do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, que garante a revisão geral anual da remuneração dos servidores/as ativos/as e aposentados/as, com reposição da inflação e ganho real.
 2. Lutamos pela criação de novos códigos de vagas e dimensionamento da força de trabalho no PCCTAE.
 4. *Jornada de Trabalho*
 1. Lutamos pela efetivação das 30h semanais no âmbito das IFEs.
 2. Defendemos o fim da jornada 6x1 para todos trabalhadores e trabalhadoras.
 3. Defendemos a isonomia de direitos entre os/as trabalhadores/as da educação nas IFEs.
 5. *Previdência*
 1. Lutamos pela isenção do pagamento de previdência para os aposentados e pensionistas. Sim à PEC 006/2024 e a PEC 555/2006!
 6. *Combate à Discriminação*
 1. Abraçamos a luta contra todas as formas de discriminação de gênero, de raça, etnia, capacitistas, etária e de orientação sexual.
 2. Defendemos a política de cotas para concursos públicos.

2 - NO ÂMBITO DA UFRGS, UFCSPA E INSTITUTOS FEDERAIS

1. *Jornada de Trabalho*
 1. Ampliaremos ações para conquistar a jornada de trabalho de 30 horas semanais para todos/as os/as trabalhadores/as técnico-administrativos em educação.
 2. Defendemos um Programa de Gestão e Desempenho (PGD) justo e eficaz, que valorize o trabalho dos/as servidores/as, com metas racionais, acesso ampliado e avaliação de desempenho transparente e objetiva.
 3. Lutaremos para que o PGD não seja utilizado para intensificar o trabalho, aumentar a cobrança individual ou promover o assédio moral.
 4. Cobraremos que as chefias realizem suas ações/funções estabelecidas dentro do programa.
 5. Lutaremos pela Flexibilização de jornada e pela possibilidade de coexistência dela e do Teletrabalho nos setores.
 6. Exigiremos a construção de uma política de protocolos para o enfrentamento de situações de crises e emergências na Universidade, como a pandemia e as

enchentes de maio de 2024, a fim de que tenhamos garantido a segurança de todos/as trabalhadores/as.

2. Gestão Democrática

1. Defenderemos a manutenção das eleições/consultas públicas diretas e paritárias para reitor.
2. Defenderemos que o Reitor(a) eleito(a) seja referendado pelo Conselho Superior.
3. Ampliaremos a luta por eleições diretas e paritárias nas Unidades/Órgãos.
4. Reforçaremos a luta para que o TAE seja elegível para os cargos de Direção.
5. Fortaleceremos a participação dos TAE nos Conselhos.

3. Qualificação e Capacitação

1. Lutaremos pela implementação de ações de capacitação em serviço.
2. Ampliaremos a participação dos/as técnico-administrativos (TAEs) em projetos de pesquisa e extensão, gestão da inovação e assistência nas Instituições Federais de Ensino (IFE).

4. Saúde e Segurança do Trabalhador

1. Cobraremos a compra de equipamentos ergonômicos para os trabalhadores e as trabalhadoras.
2. Cobraremos o desenvolvimento de uma Política Institucional de compra de EPIs, conforme acordado como pauta local de greve.
3. Lutamos pela orientação e fiscalização do uso de EPI sem interferir na manutenção da remuneração adicional recebida por estes/as trabalhadores/as.
4. Reivindicamos um mapeamento efetivo de riscos químicos, físicos e biológicos nos ambientes de trabalho, a ser realizado por profissionais qualificados e com equipamentos adequados para as medições necessárias. Esse processo deve incluir a avaliação da concentração de reagentes e do tempo de exposição, pois ambos são fatores cruciais que podem causar danos à saúde dos/as trabalhadores/as. Garantir um ambiente seguro é fundamental para prevenir lesões e doenças ocupacionais resultantes da exposição a agentes nocivos.
5. Lutamos pelo desenvolvimento de uma Política Institucional de EPCs, estabelecendo ações de saúde do trabalhador com a melhoria das estruturas físicas e organizacionais como: condições de ventilação, iluminação, higienização dos ambientes laborais, entre outras.
6. Implementaremos e/ou potencializaremos as ações e atividades institucionais com vistas à prevenção aos adoecimentos e de promoção à saúde.
7. Defendemos o desenvolvimento de políticas institucionais em prol da integridade física dos trabalhadores e trabalhadoras, especialmente os lotados em atendimento ao público.

8. Defenderemos a contratação de um plano de saúde que atenda às expectativas e necessidades dos servidores/as.

5. Assédio Moral

1. Nosso objetivo é promover um ambiente de trabalho seguro e respeitoso, onde todos/as/es se sintam valorizados/as e protegidos/as.

2. Implementaremos canais seguros e eficazes de denúncia contra assédio e discriminação.

3. Reforçamos nosso compromisso em apoiar a criação de instrumentos eficazes para o acompanhamento de denúncias dentro das instituições, com especial atenção às vozes dos técnicos-administrativos em educação. Para isso, estabeleceremos um núcleo de acolhimento dedicado às vítimas de assédio e bullying, que contará com campanhas educativas voltadas para sensibilizar toda a comunidade.

6. Incitaremos a discussão sobre a regulamentação dos processos de remoção e redistribuição com critérios claros e objetivos nas IFE.

7. Reforçaremos o papel da CIS dentro das instituições.

8. Buscaremos, junto às gestões, garantir transparência nos afastamentos para qualificação dos TAEs;

9. Atuaremos ativamente pela padronização e normatização dos processos avaliativos do PGD, por meio da participação em comissões, análise de documentos e proposição de sugestões técnicas, com o objetivo de garantir a transparência, a objetividade e a justiça na avaliação do desempenho dos/as servidores.

10. Lutaremos pelo acesso dos servidores técnicos-administrativos aos serviços, projetos e programas oferecidos pelas IFE.

11. Promoção da Igualdade Racial e de Gênero

1. Lutaremos para que as mulheres tenham acesso às mesmas oportunidades de crescimento profissional;

2. Fiscalizaremos e combateremos práticas discriminatórias nos ambientes de trabalho;

3. Incentivaremos que as mulheres ocupem espaços de liderança nas IFES;

4. Criaremos políticas que garantam a reintegração e acolhimento das mães ao retornarem ao trabalho;

5. Lutaremos por jornadas de trabalho mais humanas, que respeitem a saúde física e mental dos trabalhadores e trabalhadoras;

6. Criaremos campanhas educativas sobre saúde, direitos reprodutivos e equilíbrio entre vida profissional e pessoal;

7. Combateremos a dupla discriminação que afeta mulheres negras, indígenas e de outras etnias;

8. Estaremos na linha de frente na defesa da vida e dos direitos das pessoas lgbtqiapn+;

12. Aposentados/as

1. Exigiremos o acolhimento, com tratamento adequado, aos/às aposentados/as nos setores de pessoal.
2. Incentivaremos a criação de cursos de complementação pedagógica para os TAE.
3. Elaboraremos instrumentos de esclarecimento sobre os tipos de aposentadorias, pensão e previdência.

3 - NO ÂMBITO DA ASSUFRGS

1. Fortalecimento das Instituições e Atuação Sindical

1. Defenderemos a FASUBRA como instrumento de lutas da categoria no âmbito nacional.
2. Defenderemos a ASSUFRGS e ampliaremos sua atuação na categoria, no Estado do Rio Grande do Sul e nas lutas dos trabalhadores gaúchos, construindo um Sindicato ainda mais forte e combativo.
3. Garantiremos avanços no processo de modernização e agilidade nos veículos de comunicação e divulgação do Sindicato.
4. Defenderemos um processo comunicacional mais dinâmico e de linguagem atualizada.
5. Desenvolvimento de campanha de sindicalização permanente e efetiva.

2. Saúde e Bem-estar

1. Promoveremos parcerias para aulas de dança, pilates, hidroginástica, natação e outras práticas esportivas e bem estar.

3. Participação e Formação Política

1. Intensificaremos os mecanismos de participação da categoria em debates, cursos, congressos, seminários, assembleias, bem como de discussões sobre temas de interesses da categoria, sejam presenciais, remotos ou híbridos, propiciando, assim, a sua formação política.
2. Desenvolveremos uma campanha permanente de participação dos técnicos-administrativos em educação nos conselhos, fóruns, colegiados e em quaisquer ambientes de representação da classe trabalhadora.

4. Aposentados/as

1. Ampliaremos o programa de inclusão digital.
2. Realizaremos eventos e encontros não apenas de lazer, mas também de formação de forma periódica com os/as aposentados/as.

5. Assuntos Jurídicos e Administrativos

1. Otimizaremos o acolhimento e acompanhamento dos processos pela assessoria jurídica.

6. Educação Financeira

1. Realizaremos, através de parceria, o desenvolvimento de um curso de educação financeira para os servidores técnico-administrativos.

7. Lazer

1. Realizaremos um grande projeto de consulta à categoria acerca das prioridades e necessidades de revitalização da Colônia de Garopaba e da Sede Campestre da Pitinga.

2. Realizaremos um levantamento das ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura que são realizadas pelas instituições para firmar parcerias e fornecer novos serviços no clube.

3. Fortaleceremos a unidade dos trabalhadores técnico-administrativos em educação lotados distantes da Capital, criando instrumentos para o desenvolvimento de ações sociais/político/sindicais no âmbito regional de sua lotação.